**CERTIFICADO AMBIENTAL DE APROVAÇÃO DE ÁREA DE RESERVA LEGAL E INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO AMBIENTAL.**

*Documentos preferencialmente no formato PDF. Limite de 20Mb por arquivo.*

**1 – Requerimento**

Formulário a ser preenchido eletronicamente no Portal de Licenciamento do Inea.

**2 – Documentos de identificação**

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

**3 – Documentos sociais**

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

**4 – CNPJ**

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

**5 – Declaração de microempresa (Form. 35) ou Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)**

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

**6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)**

RG e CPF do procurador constituído.

**7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)**

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

**8 – Termo de Responsabilidade**

Formulário disponível no Portal de Licenciamento do Inea.

**9 – Prova de justa posse**

Poderão ser apresentados os seguintes documentos:

* Cópia do título de propriedade do imóvel e Certidão de inteiro teor do Registro Geral de Imóveis (RGI);
* Cópia da certidão de aforamento, se for o caso;
* Cópia da Cessão de Uso (CCU), quando se tratar de imóvel de propriedade da União/Estado;
* Cópia da Certidão de Distribuidor Cível e outros documentos que comprovem a posse, se for o caso;
* Declaração de beneficiário da reforma agrária, se for o caso;
* Contrato de Locação, de Comodato ou outros, se o requerente não for proprietário do imóvel;
* Cópia do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR atualizado;
* Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR atualizado.

**10 – Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do responsável técnico**

Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável técnico pela elaboração e acompanhamento (Projeto técnico e/ou planta), com comprovante de pagamento da ART.

**11 – Carteira de identidade profissional do responsável técnico.**

**12 – Planta topográfica da área de Reserva Legal proposta**

Em extensão .shp, coordenadas geográficas (graus, minutos e segundos) e DATUM SIRGAS2000.

**13 – Memorial descritivo da área proposta de Reserva Legal**

Coordenadas geográficas (graus, minutos e segundos) dos vértices, azimutes, distâncias e DATUM SIRGAS2000 e assinado pelo responsável técnico.

**14 – Planta topográfica do imóvel beneficiário e do imóvel gerador (se for o caso)**

Contendo o uso atual do solo, a indicação de todos os confrontantes, os remanescentes florestais, hidrografia, áreas de preservação permanente – APP, bem como a área da reserva legal para o caso do imóvel gerador, conforme art. 12 da Lei Federal n° 12.651/2012.

Em extensão .shp, coordenadas geográficas (graus, minutos e segundos) e DATUM SIRGAS2000.

**15 – Declaração de anuência (se for o caso)**

Do proprietário do imóvel gerador autorizando a compensação.

**16 – Cópia da Licença Ambiental do empreendimento**

No caso da aprovação da área de Reserva Legal ser condicionante de processo de licenciamento ambiental.

**17 – Cópia de documento de autuação lavrada por fiscal requisitando a aprovação da Reserva Legal (notificação, intimação, etc), se for o caso.**

**18 – Cópia de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC ou Termo de Compromisso Ambiental – TCA firmado**

Quando a aprovação de área de Reserva Legal for compromisso estabelecido em um destes instrumentos.

**No Portal do Licenciamento (portallicenciamento.inea.rj.gov.br) estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações, basta clicar na aba “Área do requerente”.**

**Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.**